

Curso/Disciplina: DIREITO CIVIL OBJETIVO

Aula: 60 - PRINCÍPIOS CLÁSSICOS (OBRIGATORIEDADE, AUTONOMIA DA VONTADE, RELATIVIDADE E CONSENSUALISMO)

Professor(a): Rafael Mota

Monitor(a): Leonardo Lima

Aula nº. 60

PRINCÍPIOS CLÁSSICOS (OBRIGATORIEDADE, AUTONOMIA DA VONTADE, RELATIVIDADE E CONSENSUALISMO)

1. PRINCÍPIO CONTRATUAL DA OBRIGATORIEDADE/PACTA SUNT SERVANDA - REBUS

SIC STANDIBUS: Os contratos devem ser cumpridos, desde que as condições iniciais permaneçam as mesmas.

REBUS SIC STANDIBUS: Teoria da Imprevisão. Arts. 317 e 478 do CC. Também chamada de Teoria da Onerosidade Excessiva se por um evento futuro e imprevisível tornar o contrato excessivamente oneroso para uma das partes. Imprescindível decisão judicial. Ex revisão judicial dos contratos; resolução dos contratos.

Art. 317. Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.

Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.

2. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE: As partes são livres para celebrarem contratos, salvo previstos na Lei - autonomia privada. Ex contratos atípicos.

3. **PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE:** Esse princípio não está positivado no ordenamento jurídico brasileiro decorre naturalmente do princípio da autonomia da vontade das partes que são livres para celebrar contratos. O contrato produz efeito para aqueles que manifestaram vontade em celebra-lo.

4. **PRINCÍPIO DO CONSENSUALISMO:** Previsto desde o código napoleônico, esse princípio diz que em regra os contratos se aperfeiçoam pelo encontro de vontades. Exceção: contratos reais(mutuo,comodato, depósito e estimatório) se aperfeiçoam coma tradição do bem.

💧*NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO: NEGÓCIO JURÍDICO BILATERAL